

# Uma agenda para os observatórios de imprensa: a avaliação da qualidade editorial

*An agenda for press observatories: the evaluation of editorial quality*

■ **Josenildo Luiz Guerra**

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

**Fecha de recepción:** 16 de febrero de 2017  
**Fecha de aceptación:** 15 de junio de 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.15304/ricd.2.6.3942>

## NOTAS BIOGRÁFICAS

Josenildo Luiz Guerra é professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil. É autor do livro *O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística* (Editora UFS, 2008) e um dos organizadores do livro *Crítica do Jornalismo no Brasil: qualidade, produção e direito à informação* (LabCom, 2016), que reúne artigos de pesquisadores vinculados à Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Renoi). Coordena o Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia Aplicada ao Jornalismo (Qualijor), no âmbito do qual tem pesquisado e desenvolvido metodologias de avaliação de qualidade jornalística, inclusive, com o desenvolvimento de softwares para implementar processos de avaliação.

Contacto: [jl\\_guerra@uol.com.br](mailto:jl_guerra@uol.com.br)

## Resumo

O cenário jornalístico atual impõe desafios à atividade de crítica de mídia, dada a variedade dos produtores de conteúdo atualmente disponíveis e a variedade de problemas que emergem em proporções antes inexistentes. Os observatórios de imprensa, espaços privilegiados para a reflexão e a avaliação crítica do trabalho jornalístico, têm tradicionalmente se dedicado à observação e a fiscalização das práticas que desrespeitam valores profissionais e democráticos, entre outras atividades (Rebouças e Cunha, 2010). Com este artigo, propomos uma nova ação crítica: a avaliação da qualidade editorial. Esta prática distingue-se pela necessidade de orientar-se para a medição de desempenho, isto é, o emprego de métodos através dos quais se atribuem graus de performance às organizações de acordo com o cumprimento de suas responsabilidades jornalísticas. A avaliação resultante poderia permitir a distinção entre organizações mais compromissadas e efetivas em seus resultados e outras que, no limite, poderiam até mesmo ter rebaixado seu “status jornalístico” devido ao não atendimento das responsabilidades básicas assumidas ao se declararem jornalísticas.

## Abstract

Given the variety of content producers and its resulting problems of unprecedented proportions, the current state of journalism poses certain challenges to media criticism. Traditionally, press observatories (privileged spaces for reflection and critical evaluation of journalistic work) have been dedicated to the observation and monitoring of practices that disregard professional and democratic values, among other activities (Rebouças e Cunha, 2010). In that regard, the following ar-



ticle proposes a new critical approach, namely, the evaluation of editorial quality. Such practice is distinguished by the need to create the tools to measure performance. In other words, the aim here is to assign performance levels to organizations according to the fulfillment of their journalistic responsibilities. The resulting evaluation could allow the distinction between more committed and effective organizations and others that could even have their "journalistic status" lowered due to the non-fulfillment of the basic responsibilities assumed when declaring themselves journalistic.

***Palavras-chave:***

Jornalismo; Observatórios; Qualidade; Avaliação; Democracia

***Keywords***

Journalism; Press Observatories; Quality; Evaluation; Democracy

***Sumário***

1. Observar a qualidade jornalística
2. Observatórios: perfis de atuação e natureza
3. Observatórios: ação especializada
4. Observatórios para a qualidade editorial
5. Conclusão

***Contents***

1. Observe journalistic quality
2. Observatories: performance profile e nature
3. Observatories: specialized action
4. Observatories for editorial quality
5. Conclusion

## 1. OBSERVAR A QUALIDADE JORNALÍSTICA

Os observatórios de mídia são instrumentos dedicados à reflexão sobre produtos e práticas comunicacionais. Esse tipo de serviço tem uma contribuição essencial para o sistema midiático, seja para indicar correções e ajustes de funcionamento para que o próprio sistema se corrija, seja para embasar a sociedade a cobrar dos meios uma atitude mais digna.

Nos tempos atuais, os desafios para a crítica de mídia se renovam, tanto em relação aos seus métodos quanto em relação à extensão do seu trabalho. No primeiro caso, e que constitui especificamente o foco deste artigo, os desafios dizem respeito à consolidação e diversificação das práticas de crítica de mídia para dar conta da diversidade de experiências e conflitos advindos com as profundas mudanças ambientais que impactaram o sistema midiático.

No segundo caso, um desdobramento ou uma causa do primeiro, as transformações tecnológicas que provocaram a mudança ambiental no sistema midiático (cujos contornos hoje são difíceis de definir claramente) provocaram sua extensão e disseminação social e por consequência a ampliação dos problemas e conflitos passíveis de observação crítica.

Curiosamente, antes o foco da crítica de mídia era controlar a produção e disseminação de informação produzida por um pequeno grupo, que configurava o padrão industrial da época, em oposição ao padrão pós-industrial (Anderson, Bell e Shirky, 2012, p. 40) trazido com as transformações tecnológicas que transformaram substancialmente o sistema. Este seletivo grupo era capaz de gerar influência sobre toda uma sociedade e conseqüentemente de usar tal *poder de comunicação* para efetivamente gerar *poder político*:

Ao dominar a distribuição da informação, um pequeno grupo de pessoas possui controle também sobre os mecanismos de disseminação da ordem que os privilegia. É daí que advém a importância do questionamento dessa ordem, da luta pela democratização da comunicação e do acompanhamento e análise da mídia. (Rebouças e Cunha, 2010, p. 2)

A “indústria” jornalística de outros tempos monopolizava não apenas os meios físicos de disseminação de informação, mas também o “fazer jornalístico” implementado

através de tais meios. Por isso, constituíam-se foco claro e preciso das práticas de observação. No cenário atual, em que as tecnologias disponíveis ampliaram as possibilidades de produção de conteúdo, a prática jornalística se difunde para outros atores antes impossibilitados para tal.

Como consequência, ocorre um movimento interessante: o monopólio tecnológico da época industrial (só produzia jornalismo quem dispusesse dos meios) não está mais associado ao monopólio da atividade jornalística, pois a base tecnológica foi amplamente disseminada socialmente, não se constituindo mais em condição restritiva. Não obstante isso, a prática jornalística continua sendo associada à produção de informações por meios tecnológicos, não apenas aqueles da indústria tradicional, mas também os das novas tecnologias. Daí que qualquer um que produza um blog, por exemplo, reivindica para si o “status” de jornalista.

Tal situação amplia consideravelmente o escopo do que se considera jornalismo, dificultando estabelecer fronteiras mínimas entre o que é, pode ser ou efetivamente não é jornalismo. Administrar essa situação requer dissociar os meios físicos do conceito de jornalismo. A base tecnológica é condição imprescindível para a prática jornalística, mas não é condição suficiente. Nunca foi, na verdade, embora essa distinção fosse difícil de ser percebida numa realidade em que o meio e prática se confundiam. Voltar-se para o jornalismo como prática requer construir referências claras sobre suas responsabilidades, métodos, critérios de realização e produtos.

No que tange aos observatórios, põe-se o desafio de desenvolver meios capazes de aferir em que proporção as práticas que se pretendem jornalísticas entregam efetivamente o que compete às suas responsabilidades assumidas socialmente. Para isso, este artigo sugere os processos de avaliação de qualidade editorial como importantes instrumentos de *accountability*, voltados a fiscalizar e a cobrar resultados daqueles que se apresentam como agentes de produção jornalística.

As transformações do ecossistema midiático afetaram fortemente o monopólio da produção e da circulação da informação antes restrito aos veículos da era industrial. Abriam espaço para novos atores e novas práticas de comunicação, que ampliaram de modo significativo os agentes produtores de conteúdo e os fluxos de informação entre estes e suas audiências (que em muitos ca-

...  
 sos também passaram a ser produtores de conteúdo). Não obstante isso, outros polos de concentração de troca de informação se consolidaram, como o Facebook e o Google, a partir da mediação que estes agentes fazem da produção de conteúdo gerada por uma infinidade de atores midiáticos.

Mais atores produzindo informações, mais espaços de produção e canais de circulação. Mais problemas, conflitos e queixas. Não há a menor dúvida sobre os mais diversos ganhos que as novas tecnologias trouxeram para o ambiente comunicacional e sua contribuição para o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, participação e decisão próprios das sociedades democráticas.

A ampliação dos atores e dos espaços gera, entretanto, como efeito colateral, o aumento dos conflitos. Sobretudo, pelo acesso ilimitado de produtores sem o devido conhecimento das consequências e responsabilidades de uma comunicação pública – em sentido amplo, destinado à circulação pública, em oposição à comunicação privada, entre um número restrito de pessoas<sup>1</sup>. Ou, pela ação de atores deliberadamente mal-intencionados que estrategicamente buscam vantagens nesse cenário.

Um dos mais evidentes e preocupantes problemas surgidos nesses tempos foi cunhado com a expressão “Pós-Verdade”, considerada pelo Dicionário Oxford com a palavra do ano em 2016, que se refere a “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes em agendar a opinião pública do que apelos à emoção ou a crença pessoal”<sup>2</sup>.

O uso indiscriminado dessa estratégia comunicativa, seja para alavancar o número de acessos, seja para obter ganhos simbólicos, como o uso intencional no contexto de disputas políticas, gera desinformação e compromete o adequado entendimento dos fatos pela audiência, ferindo aquela que é função essencial do jornalismo, aqui expressa nos dizeres de Kovach e Rosenstiel: “o objetivo primário do jornalismo é prover os cidadãos com as informações de que eles precisam para ser livres e se autogovernar” (Kovach e Rosenstiel,

2001, p. 17)<sup>3</sup>.

Na onda dos processos de desinformação – deliberados ou não – as tradicionais organizações jornalísticas do setor se autoapresentam como referências jornalísticas confiáveis de informação. E tentam atrair para elas os cada vez mais escassos recursos de publicidade que historicamente foram a base de sustentação do modelo de negócio hoje em crise.

Lideranças organizacionais do setor avaliam que o futuro do jornalismo e das organizações jornalísticas passa pela necessidade de se manter e buscar a qualidade. Judith Brito, por exemplo, ex-presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), afirma que “paradigmas estão mudando. Não muda, no entanto, a necessidade das sociedades de terem informações, opiniões, e jornalismo de qualidade” (Brito, 2011).

Juan Luis Cebrián, presidente do Grupo Prisa e do jornal *El País*, relatava em 2012 que a falta de um modelo rentável de jornalismo que sobrevivesse à era digital e às constantes mudanças tecnológicas iria comprometer a qualidade jornalística. “Há uma ameaça real à qualidade jornalística se não encontramos um modelo, ou vários, que permitam financiar toda a atividade”, disse Cebrián, para quem os verdadeiros concorrentes do jornal hoje são sites como Google, Facebook, Twitter e Amazon (Arrais, 2012).

Na luta de mercado contra os grandes da internet apontados como concorrentes, o setor tradicional de jornalismo se coloca o diferencial da “qualidade” para reivindicar a atenção do público e manter sua sobrevivência. Mas não dispõe de meios efetivos de avaliação que demonstrem ter a qualidade propagada e defendida. Da outra parte, a dos veículos emergentes, graças às novas possibilidades tecnológicas, também não existem meios que possam demonstrar ser eles melhores do que os veículos da mídia tradicional. A palavra “pós-verdade” deve sua eleição à palavra do ano certamente a sites que se apresentam como noticiosos na era do jornalismo pós-industrial.

---

<sup>1</sup> Casos de pessoas que inadvertidamente produzem comentários, ou “likes”, ou compartilham informações que se caracterizam como invasão de privacidade ou intimidade dos envolvidos, “fakes”, dano moral, etc, além da produção, recepção e circulação de informações sem o menor esforço de checagem e origem.

<sup>2</sup> “Relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief: ‘in this era of post-truth politics, it’s easy to cherry-pick data and come to whatever conclusion you desire’; ‘some commentators have observed that we are living in a post-truth age’” (English Oxford Living Dictionaries).

<sup>3</sup> “The primary purpose of journalism is to provide citizens with the information they need to be free and self-governing” (Kovach & Rosenstiel, 2001, p. 17)

Neste cenário, a qualidade passa a ser um elemento de diferenciação organizacional, capaz de elevar a reputação e a credibilidade jornalística daqueles que investem nela ou, ao contrário, desnudar aqueles que fazem a ela apenas referências retóricas. Essa é uma tendência apontada por Fengler, Eberwein, Mazzoleni, Porlezza e Russ-Mohl, ao afirmarem que o investimento em qualidade e transparência figura como uma possível vantagem competitiva para os jornais (Fengler, Eberwein, Mazzoleni, 2014, p. 10), frente a tantas outras opções de conteúdo que disputam a atenção da audiência no ambiente da internet.

Os observatórios de imprensa, espaços privilegiados para a reflexão e a avaliação crítica do trabalho jornalístico, têm tradicionalmente se dedicado à observação e a fiscalização, entre outras atividades (Rebouças e Cunha, 2010), das práticas que desrespeitam valores profissionais e democráticos. Com este artigo, propomos que uma nova ação crítica seja incorporada por estes importantes instrumentos para o fortalecimento da democracia e do próprio jornalismo: trata-se da avaliação da qualidade editorial.

Esta prática distingue-se da observação e da fiscalização, defende-se, pela especificidade de orientar-se para a medição de desempenho, isto é, o emprego de métodos através dos quais se atribuem graus de performance às organizações. Esse tipo de avaliação poderia permitir a distinção entre organizações mais compromissadas e efetivas em seus resultados e outras que, no limite, poderiam até mesmo ter rebaixado seu “status jornalístico” devido ao não atendimento das responsabilidades básicas assumidas ao se declararem jornalísticas.

A expressão “journalistic status” foi emprestada aqui do relatório produzido pelo High Level Group on Media Freedom and Pluralism, em seu relatório “A free and pluralistic media to sustain European democracy” (Vīķe Freiberga, Däubler Gmelin, Hammersley, e Maduro, 2013, pp. 7 e 21), no contexto da penalização possível de ser aplicada por Conselhos de Imprensa a veículos cuja prática ponha em risco o pluralismo e a liberdade de imprensa na União Europeia:

All EU countries should have independent media councils with a politically and culturally balanced and socially diverse membership. Nominations to them should be transparent, with built in

checks and balances. Such bodies would have competences to investigate complaints, much like a media ombudsman, but would also check that media organisations have published a code of conduct and have revealed ownership details, declarations of conflicts of interest, etc. Media councils should have real enforcement powers, such as the imposition of fines, orders for printed or broadcast apologies, or *removal of journalistic status*. The national media councils should follow a set of European wide standards and be monitored by the Commission to ensure that they comply with European values. (Vīķe Freiberga, Däubler Gmelin, Hammersley e Maduro, 2013, pp. 7 e 21 – grifo nosso)

Neste artigo, considerando o horizonte da experiência brasileira (que não dispõe de conselhos de imprensa ou órgãos reguladores), o status ou o perfil jornalístico que se vai sugerir é no âmbito de avaliações independentes produzidas por observatórios com *know how* para distinguir os diferentes níveis de práticas jornalísticas a partir de indicadores claros de qualidade editorial.

## 2. OBSERVATÓRIOS: PERFIS DE ATUAÇÃO E NATUREZA

Os observatórios de mídia são instrumentos dedicados ao acompanhamento dos atores midiáticos, com vistas a avaliar suas práticas. Em linhas gerais, suas atividades podem ser associadas a:

- a) recopilação e elaboração de bases de dados;
- b) metodologias para codificar, classificar e categorizar informações;
- c) conexão entre pessoas e organizações que trabalham em áreas similares;
- d) aplicações específicas de novas ferramentas técnicas;
- e) análise de tendências/publicações (PNUD-Panamá, 2004, já citado em Albornoz e Herschmann, 2006, p. 2).

Albornoz e Herschmann propõem, apesar da variedade e riqueza de atuação dos observatórios, uma divisão de suas práticas em dois enfoques básicos. Um, no qual “os observatórios são concebidos como espaços articuladores da cidadania a partir do qual pode-se monitorar o funcionamento dos meios de comunicação (‘observatório fis-

cal’)” e outro, “em que são considerados como novos organismos que colaboram através de suas intervenções e reflexões na formulação de políticas públicas (‘observatório think tank’)” (Albornoz e Herschmann, 2006, p. 5).

Rebouças e Cunha detalham o tipo de atividade dos observatórios, ainda que no horizonte mais amplo as categorias propostas se enquadrem de forma geral nas duas grandes possibilidades sugeridas por Albornoz e Herschmann:

Observação (análises científicas com finalidade de produzir material especializado com pretensões de objetividade);

Fiscalização (investigação com finalidade de produzir provas visando sanções);

Reflexão (fóruns, grupos com finalidade de proposição a respeito das políticas de comunicações e sobre as condições atuais dos conteúdos, de sua produção, distribuição e consumo);

Informação (geralmente é resultado das práticas de observação, fiscalização e reflexão, porém, aqui, há uma mudança na direção do fluxo informativo; é o canal de comunicação do observatório com a sociedade; compreende a produção e publicação de conteúdo especializado, a organização de congressos e seminários etc; é comum a todos os observatórios, já que a própria página da internet serve como veículo informativo); e,

Intervenção (com finalidades de capacitação, educação, mobilização e ações na área das comunicações). (Rebouças e Cunha, 2010, p. 91)

O quadro geral dessas ações permite situar os observatórios como importantes instrumentos de *accountability* midiático, especialmente, no que concerne aos objetivos deste artigo, jornalístico. Isto é, trata-se de confrontar os resultados que as organizações jornalísticas entregam à sociedade com as responsabilidades que se espera delas nos regimes democráticos. Essa relação entre *accountability* e responsabilidade é firmada por Hodges (1986 como citado em McQuail, 2003, p. 190)

A questão da responsabilidade é a se-

guinte: a quais necessidades sociais deveríamos esperar que os jornalistas atendessem? A questão da *accountability* é: como pode a sociedade chamar os jornalistas a prestar contas das responsabilidades a eles conferidas. Responsabilidade tem a ver com a definição da conduta apropriada; *accountability*, com a obrigação de praticá-la. (Hodges, 1986 como citado em McQuail, 2003, p. 190 – tradução nossa)<sup>4</sup>

É nesse contexto que Rebouças e Cunha apontam os observatórios de mídia “como alternativa de controle social”, limitando a prioridade econômica do lucro ante o interesse social dos conteúdos. “E é assim que os observatórios de mídia colaboram com o progresso democrático. (...) Agem não apenas na democratização da comunicação, mas também para a democratização da sociedade como um todo. (Rebouças e Cunha, 2010, p. 86). São assim, importantes instrumentos de *accountability*, enquadráveis em categorias tais como “Sistemas de Responsabilização de Mídia (Bertrand, 2002), “Instrumentos de *Accountability* de Mídia (Fengler et al., 2014) ou “Sistema de Resposta Social” (Braga, 2006).

### 3. OBSERVATÓRIOS: AÇÃO ESPECIALIZADA

Duas das ações específicas apontadas por Rebouças e Cunha (2010, p. 91) serão detalhadas a partir de agora para se propor uma terceira possibilidade. Observação (“análises científicas com finalidade de produzir material especializado com pretensões de objetividade”) e fiscalização (“investigação com finalidade de produzir provas visando sanções”) são semelhantes, quando considerado o foco de sua ação, mas diferentes quando considerada sua operacionalização.

Em “Observação”, conforme definida pelos autores, estão trabalhos acadêmicos dedicados à produção de análises. Isso implica a elaboração de um diagnóstico do material analisado, ao qual se pode ou não aplicar quadros teórico-normativos de referência a

<sup>4</sup> “The issue of responsibility is the following: to what social needs should we expect journalists to respond? The issue of *accountability* is as follows: how might society call on journalists to account for their performance of the responsibility given to them. Responsibility has to do with defining proper conduct; *accountability* with compelling it” (Hodges, 1986, citado em McQuail, 2003, p. 190).

partir dos quais, objetivamente, se vai produzir uma crítica. Aqui, o quadro teórico normativo está no horizonte das escolhas assumidas pelo pesquisador no trabalho. Não são “pessoais”, mas representam um horizonte ético possível, entre outros, que não necessariamente resultam de um consenso produzido por meio de acordo entre os diferentes atores do sistema midiático.

Já a “fiscalização” não é um trabalho acadêmico, mas de uma ação específica com vistas a analisar fatos claramente delimitados e confrontá-los com os padrões, sejam profissionais, sejam ético-políticos, das sociedades democráticas. Nesse caso, em tese, pelo conceito expresso por Rebouças e Cunha, a análise parte de um referencial estabelecido que se julga violado por práticas que escaparam a seus princípios e orientações. Valeriam como referência aqui códigos de ética e leis existentes, entre outros documentos aplicáveis. A sanção pode ir da repreensão pública, a produção da visibilidade para aquele ato de violação (mais comuns), até sanções corporativas (regidas pelo respectivo código de ética violado) ou legais, quando levadas às vias judiciais.

O primeiro tipo de atividade, a observação, realiza um trabalho que vamos chamar de “descritivo-crítico”. Há um esforço minucioso de configurar uma situação problema, isto é, um recorte do trabalho jornalístico a ser analisado, do conjunto do material jornalístico produzido numa determinada conjuntura. Pode ser uma cobertura produzida por um veículo, capas de jornais, temas etc. O fato é que se delimita um *corpus* a partir do qual a análise será realizada. Para isso, haverá um momento descritivo, no qual a cobertura é caracterizada, e posteriormente um momento crítico, no qual se confrontarão essas características com o padrão normativo do referencial teórico do trabalho.

O segundo tipo de atividade, a fiscalização, realiza um trabalho que vamos chamar de “contencioso”. A partir de um caso específico, é feita uma análise que aponta um erro ou uma falha jornalística, indicando responsáveis (pessoais ou organizacionais ou ambos), a serem penalizados pela conduta inadequada. Nesse caso, a crítica gera uma possibilidade ou expectativa de resposta da parte acusada. Nessa modalidade, há um conflito claramente identificado entre o “fiscal”, aquele que observa e aponta a violação da norma, e o “fiscalizado”, o agente que supostamente

provocou problema.

O que se vai propor neste artigo é a incorporação pelos observatórios dedicados ao jornalismo de uma modalidade ainda pouco desenvolvida de forma regular em suas práticas. Trata-se da avaliação de desempenho com ênfase na qualidade editorial.

#### 4. OBSERVATÓRIOS PARA A QUALIDADE EDITORIAL

Para além dessas duas atividades, vamos sugerir que os observatórios se dediquem com maior ênfase a uma terceira: a avaliação de desempenho com ênfase na qualidade editorial<sup>5</sup>. Quando se trata de qualidade, vamos partir da premissa de que precisamos avaliar dois aspectos relativos à oferta de produtos e serviços: 1) se a oferta está compatível com a entrega; 2) se a organização que faz a oferta tem credenciais que sustentam sua credibilidade reivindicada (Guerra, 2010a; 2010b).

No primeiro aspecto, o mais tradicional, o objetivo principal é comparar o que oferecido com o que é efetivamente entregue. Espera-se que seja clara a oferta – muito bem definidas as características do produto oferecido, através de projeto editorial, carta de princípios ou documentos similares – e espera-se que a entrega seja compatível com o prometido. Os termos da oferta apresentada devem contemplar duas instâncias: a institucional e a organizacional.

Na instância institucional, estão os valores, conceitos e normas que fazem do jornalismo, jornalismo (Guerra, 2008, pp. 143-149; North, 1990 como citado em Fenger et al, 2014, pp. 16-17). Isto é, o conjunto básico de valores – como os “elementos do jornalismo” sistematizados por Kovach e Rosenstiel (2001), por exemplo, que delimitam uma fronteira possível entre a atividade jornalística *stricto sensu*, que se move por aqueles elementos, assume as responsabilidades deles advindas e compromete-se a responder por elas, e uma atividade jornalística *lato sensu*, aquela que produz informações sem orientar-se firmemente e sem comprometer-se claramente com tais valores. É nesse contexto que a ideia de “status jornalístico” se aplica. Seja para dirimir dúvidas quando nos perguntamos se determinado site “noticioso” é de fato jornalístico ou

<sup>5</sup> Recentemente, uma série de importantes trabalhos têm se dedicado ao tema da qualidade em jornalismo: Pinto e Marinho (2003), Benedeti (2009), Guerra, (2010a; 2010b), Christofolletti (2010), Rothberg (2010), Cerqueira (2010), Suárez (2007), Gómez Mompart, Gutiérrez Lozano, Palau Sampio (2013), Jornet (2006), Palácios (2011) e Marinho (2015).

não, seja para atestar o real compromisso e efetividade de organizações jornalísticas tradicionais com os valores institucionais da atividade.

O fato é que no âmbito institucional são definidos compromissos e responsabilidades profissionais, muito presentes nos códigos de ética que, apesar das diferenças culturais e nacionais, definem um núcleo duro do fazer jornalístico, como: o dever da verdade, o interesse público, a pluralidade, o respeito à intimidade e à vida privada, os métodos leais de obtenção da informação, entre outros itens<sup>6</sup>. Em tese, sempre que uma organização se apresenta como “jornalística”, firma tacitamente um compromisso com tais valores. Nesse sentido, qualquer organização “jornalística” teria por obrigação ser responsável por entregar conteúdos que respeitassem aquelas orientações.

Adicionalmente, cada organização (Guerra, 2008, pp. 145-149), grupo concreto que se propõe “jornalístico”, tem um perfil editorial. Esse perfil editorial expressa valores e orientações próprias que podem ser, legitimamente, oferecidos à audiência em complemento às responsabilidades institucionais do jornalismo. Nesse sentido, os compromissos advindos do perfil editorial não podem ir de encontro aos compromissos institucionais, mas ajustar-se e acomodar-se a estes. Ou, a partir deles, estabelecer novos compromissos e responsabilidades.

A partir então dos compromissos e responsabilidades institucionais, de um lado, e dos compromissos e responsabilidades organizacionais, por outro, é criado um conjunto de expectativas para a audiência e a sociedade em relação ao que devem receber como notícia. A avaliação de qualidade deverá então medir em que grau o conjunto de compromissos e responsabilidades firmados estão presentes no produto disponibilizado para a audiência e a sociedade. Nesse sentido, o primeiro aspecto é baseado numa situação de fato, o resultado jornalístico produzido por uma organização, e a avaliação do seu grau de desempenho com base nas expectativas em relação às responsabilidades inerentes à prática jornalística.

O segundo aspecto tem um caráter preventivo. Ele avalia pré-requisitos que uma organização tem que lhe credenciarão a honrar os compromissos e as responsabilidades institucionais e as organizacionais a que se propôs espontaneamente<sup>7</sup>. Assim como qualquer indivíduo que decida comprar um bem por meio de operação de crédito tem avaliadas suas condições de honrar o compromisso financeiro pretendido, uma avaliação de credenciais jornalísticas avalia o risco que uma organização pode ter para honrar os compromissos firmados. Tanto em um caso quanto em outro, a avaliação prévia analisa os riscos por trás das pretensões dos avaliados, mas não garante nem o pagamento das prestações nem a produção de notícias livre de falhas editoriais. Quanto maior o risco, menor a chance de honrar os compromissos. E vice-versa. Organizacionais que sugerem alto risco teriam sua credibilidade em xeque, conseqüentemente, poderiam então ser rebaixadas em seu *status* jornalístico.

A avaliação de qualidade, considerando esses dois aspectos, visa apontar o grau de desempenho efetivamente alcançado num dado momento de realização do produto, no primeiro caso, e o grau de risco relacionado a uma organização que não atenda a pré-requisitos necessários ou desejáveis para honrar as responsabilidades institucionais e organizacionais esperadas. A avaliação de qualidade nesse caso seria essencial para se avaliar a credibilidade das organizações jornalísticas. As bem avaliadas poderiam ter seu reconhecimento público e obter as vantagens comerciais advindas dessas condições (Meyer, 2007).

A avaliação de qualidade se assemelha, no geral, as avaliações de observação e fiscalização clássicas apontada por Rebouças e Cunha (2010). Mas tem algumas diferenças importantes de serem destacadas:

– a primeira, tem como objetivo produzir um diagnóstico –descrição, portanto– mas com a finalidade de tipificar um padrão de desempenho, isto é, diferenciar organizações, produtos e práticas de acordo com os resultados – bons ou maus – que produzem. Nessa modalidade, toda avaliação vai gerar

<sup>6</sup> Rothberg, por exemplo, aponta níveis significativos de concordância sobre valores jornalísticos obtidos por meio de survey com jornalistas brasileiros (Rothberg, 2010, p. 22). Ele destaca o “alto índice de adesão – em média acima de 90%” a 12 conceitos de qualidade definidos de acordo com prescrições do documento “Indicadores de desenvolvimento da mídia” (Unesco, 2010)

<sup>7</sup> São vários os pré-requisitos passíveis de serem cobrados. Para ver algumas possibilidades, ver Viķe-Freiberga (et al., 2013, p. 7), Cerqueira (2010), Guerra (2010a; 2010b), Bucci, Chairetti e Fiorini (2012, p. 26). Há ainda a possibilidade de se cobrar pré-requisitos técnicos, que se constituem um padrão de exigência adicional aos requisitos editoriais (ver Palácios, 2011).

Figura 1. Reprodução de parte dos resultados do Ranking Quantitativo dos Jornais produzido pela Andi sobre o tema infância na mídia (Andi, 2003, p. 14).

<b>RANKING QUALITATIVO 2002</b>			
POSIÇÃO	JORNAIS ACIMA DA MÉDIA	MÉDIA PONDERADA	MÉDIA PROPORCIONAL*
1	Correio Braziliense-DF	0,2239	10,00
2	A Tarde-BA	0,2070	9,24
3	O Povo-CE	0,2054	9,17
4	Gazeta do Povo-PR	0,1921	8,57
5	Estado de Minas-MG	0,1833	8,21
6	O Popular-GO	0,1757	7,84
7	A Gazeta-MT	0,1713	7,65
8	Folha de S. Paulo-SP	0,1657	7,40
9	A Notícia-SC	0,1511	6,74
10	Jornal de Brasília-DF	0,1494	6,67

Fonte: Andi.

uma nota, conceito ou atribuição similar capaz de atestar um grau de desempenho do avaliado.

— a segunda diferença é que tem a pretensão de expressar uma avaliação representativa (ainda que sobre um indicador específico de um conjunto de veículos, de reportagens, de cobertura, ou vários indicadores) num determinado intervalo temporal. Isso significa que cada avaliação pretende abarcar um recorte dentro do sistema, de modo que esta avaliação contemple o grau de desempenho dos itens avaliados num determinado momento;

— a terceira diferença é a possibilidade de se criar séries históricas, se essa avaliação for repetida, considerando o mesmo conjunto com o mesmo grupo de indicadores ou índices de avaliação, capaz de registrar a evolução ou não do objeto avaliado;

— a quarta diferença é a necessidade de operar com indicadores de qualidade claros e igualmente clara metodologia de aplicação, a fim de se proporcionar transparência plena no processo de avaliação;

— a quinta diferença é a necessidade de

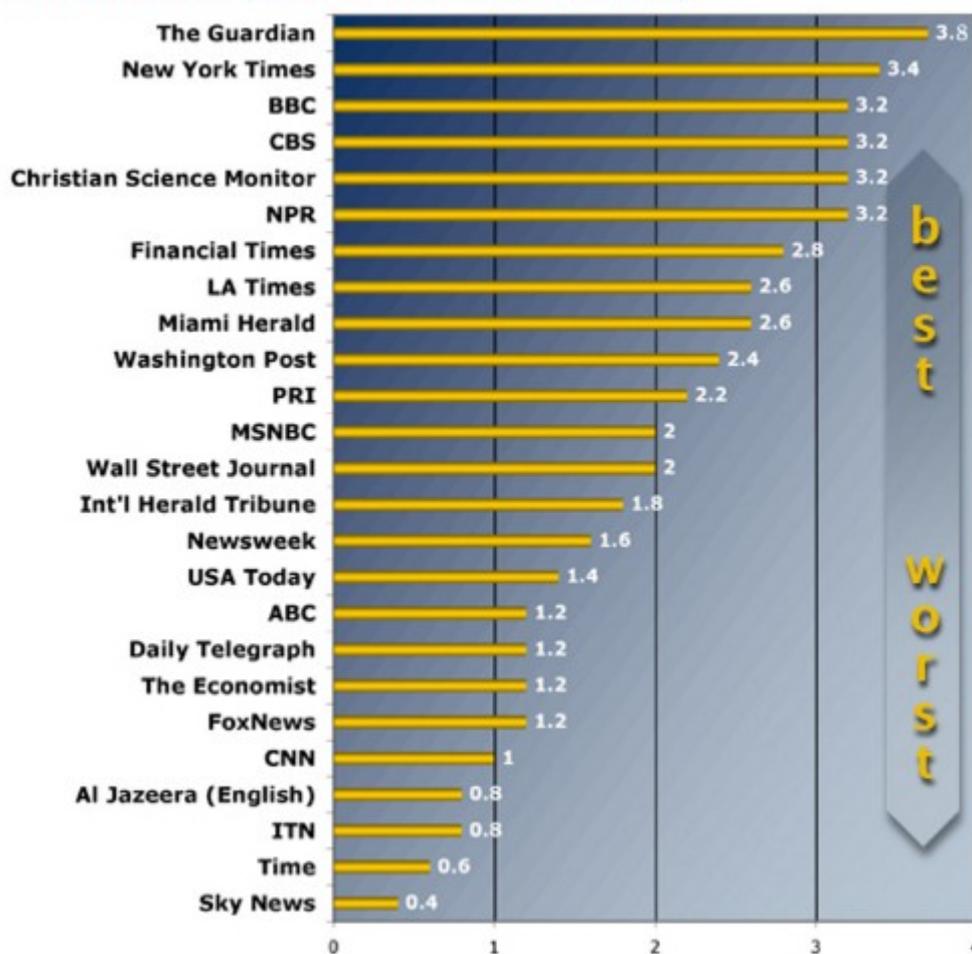
se buscar parâmetros consensuais de avaliação ou fortemente disseminados no campo, ainda que não consensuais necessariamente;

A título de ilustração, vamos tratar de algumas experiências que exemplificam o que é proposto aqui, embora nenhuma contemple de forma satisfatória o conjunto de possibilidades para a avaliação de qualidade.

A Andi – Comunicação e Direitos é uma organização da sociedade civil, sem fins de lucro e apartidária, fundada em 1993 com o nome de Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Em 2011 ampliou o foco de sua atuação, antes circunscrita principalmente à temática da infância e adolescência, daí a mudança do nome. Mas o exemplo que vamos citar é de 2003, o documento *Infância na Mídia* (Andi, 2003). Naquele ano, a agência apresentou pela primeira vez, como parte integrante de seu relatório anual sobre a cobertura jornalística do tema infância e adolescência, o “Ranking Qualitativo de Jornais”, através do qual apontava o desempenho dos jornais com base na ponderação de uma série de indicadores.

Figura 2. Reprodução de parte dos resultados da pesquisa *Openness & Accountability: A Study of Transparency in Global Media Outlets (2007)*.

**How the media outlets scored on transparency:**



Fonte: ICMIPA

Para gerar esse *ranking*, a cobertura analisada dos jornais foi confrontada com indicadores que expressam expectativas sobre as notícias, como por exemplo número de notícias publicadas sobre a temática, pluralidade, busca de soluções nas notícias, entre tantos outros, num total de 18 indicadores. Na medida que jornais atendiam aos requisitos previstos nos indicadores — se aproximavam portanto das expectativas — as notas eram maiores, conforme padrão metodológico adotado (Andi, 2003, pp. 7, 14ss). Uma parte do resultado é apresentada na Figura 1, que exhibe dez dos cinquenta jornais avaliados.

Infelizmente, não obstante a pesquisa da Andi sobre o tema Infância e Adolescência tenha produzido uma importante série histórica de mais de dez anos, de caráter descritivo-crítico, o *ranking* especificamente que

mede o desempenho nos termos aqui considerados só foi realizado uma única vez.

Outros exemplos de medição de desempenho aferido a partir do resultado da produção jornalística são o Índice de Pluralidade Jornalística (IPJ) (Guerra e Lins, 2016) e o Índice de Relevância Jornalística (IRJ) (Guerra e Barreto, 2016; Feitoza, 2016). Através do IPJ, é medida a capacidade de um veículo, numa dada cobertura, de abrir-se a diferentes pontos de vista em situação de conflito. O índice tem uma nota de referência, 0,5, acima da qual a tendência é para a pluralidade (até o máximo de 1,0), em diferentes graus (baixa pluralidade, média-baixa, média, média-alta e alta). Abaixo de 0,5, entra-se na zona de parcialidade.

Através do IRJ, mede-se a relevância das notícias, a partir de uma Matriz de Relevância, que sistematiza um conjunto de valores-

notícia. Aplica-se a matriz para cada notícia avaliada, atribuindo-se pontos para cada valor-notícia reconhecido na notícia. Através desta operação, gera-se um ranking de relevância das notícias que permite dois tipos de análise: classificação das notícias publicadas por baixa, média-baixa, média, média-alta e alta relevância; comparação do *ranking* de relevância obtida pelo sistema de pontuação da matriz com o ranking de relevância atribuído pelo jornal avaliado, a partir das posições de publicação da notícia no veículo avaliado. Nos dois casos, gera-se avaliação de desempenho que permite comparar os resultados alcançados pelos jornais com as expectativas de relevância consideradas. Tanto o IPJ quanto o IRJ, entretanto, citados aqui, foram resultantes de avaliações experimentais, a fim de testar e desenvolver a metodologia para sua obtenção, que seguem em contínuo aperfeiçoamento.

No caso do *ranking* da Andi e dos índices de Pluralidade e de Relevância exemplificados, a avaliação é realizada com base nos produtos efetivamente oferecidos pelas organizações jornalísticas objeto da avaliação.

O exemplo a seguir procura avaliar as credenciais das organizações jornalísticas. Um recurso que procura alertar os leitores acerca dos instrumentos de gestão editorial capazes de oferecer garantias mínimas de que a organização se empenha na produção de um conteúdo de qualidade.

Em 2007, o *International Center for Media and the Public Agenda* (ICMPA) publicou o trabalho "Openness & Accountability: A Study of Transparency in Global Media Outlets", que avaliou 25 organizações jornalísticas com base em cinco critérios (ICMPA, 2007): correção, propriedade, política de pessoal, política editorial e interatividade. Os resultados foram apresentados no site da instituição, com gráficos e textos informativos (Figura 2).

Não se tem notícias de que tenha sido reaplicada nos anos seguintes. Os resultados sugerem, embora se deixe claro que esta não é uma inferência da pesquisa original, que a pontuação média 2,0 poderia ser uma linha de corte para distinguir organizações jornalísticas com maior credibilidade de organizações jornalísticas cuja baixa credibilidade medida poderia pôr em xeque a qualidade do jornalismo praticado por elas. Ou seja, estariam no limite da fronteira que

separa atividades jornalísticas *stricto sensu* (best) das *lato sensu* (worst), aquelas sob risco de perder o status jornalístico por não oferecer garantias mínimas de compromissos e controle de seus processos editoriais.

Outra avaliação de natureza similar foi realizada por Mendonça (2016). Utilizando um software<sup>8</sup> para sistematizar, gerenciar e armazenar avaliações, a autora avaliou, de forma experimental, como cinco veículos escolhidos atendiam aos requisitos do Programa de Autorregulamentação da Associação Nacional de Jornais (ANJ), entidade brasileira que congrega as organizações jornalísticas dos jornais impressos. Através das avaliações realizadas com apoio do software, foi possível comparar dois parâmetros de desempenho: um, o Total Absoluto, é o padrão de pontuação a partir do grau de exigência dos indicadores usados (a pontuação máxima); outro, o Melhor Possível, é o padrão do nível de desempenho dos próprios avaliados, cujas melhores notas (Melhor Possível - Abs) em cada indicador se convertem no padrão de referência para os demais (Melhor Possível - Prop). Nesse segundo caso, a avaliação toma como parâmetro as melhores práticas existentes no mercado, que passam a receber a pontuação 100, readequando proporcionalmente todas as demais notas dos indicadores avaliados.

Nos resultados obtidos por Mendonça, é possível perceber que mesmo considerando as melhores práticas definidas pela entidade de classe dos jornais, eles não conseguem se colocar na faixa A de desempenho, nem na avaliação Absoluta nem na avaliação proporcional, que toma como referência o Melhor Possível. A nota do Melhor Possível, 83,40, poderia ser efetivamente alcançada se todos os veículos incorporassem as melhores práticas uns dos outros.

Os exemplos citados demonstram o princípio pelo qual as avaliações de qualidade editorial deveriam ser realizadas: a medição do desempenho, a diferenciação de organizações pelo resultado que produzem ou pelas credenciais que apresentam. Os dois aspectos estão, inclusive, vinculados. Pois entre as credenciais passíveis de avaliação está a definição clara dos compromissos editoriais que deverão estar presentes nos produtos entregues ao público.

O problema deste tipo de avaliação é que a regularidade é essencial para fortalecer uma cultura de avaliação baseada em indi-

<sup>8</sup> O software é desenvolvido no âmbito Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia Aplicada ao Jornalismo (Qualijor), do qual Santos era integrante.

cadores da mesma forma que é essencial para a construção do histórico, capaz de sinalizar os esforços empreendidos –ou não– das organizações em se adequarem aos padrões estabelecidos.

Com o fortalecimento de uma cultura de avaliação desta natureza, através da qual os padrões possam ser construídos e consolidados, pode-se estabelecer condições mínimas de serem atendidas para que organizações produtoras de notícia possam receber o *status* de “jornalísticas” (ou de jornalísticas *stricto sensu*), separando aquelas que tenham compromissos com resultados editoriais efetivos daquelas meramente preocupadas com índices de acesso para fins de receita publicitária ou com a simples retórica da qualidade.

## 5. CONCLUSÃO

O cenário desafiador em que o jornalismo se encontra tem como um dos faróis a guiar seu caminho, rumo a um futuro minimamente seguro, a noção de qualidade editorial (Arrais, 2012; Brito, 2011; Fengler *et al.*, 2014; Meyer, 2007). O fenômeno conhecido como “pós-verdade”, que sempre existiu, mas necessariamente não nas proporções recentemente constatadas, é no contexto atual o mais evidente sinal da necessidade de desenvolvermos mecanismos de avaliação de qualidade editorial como forma de oferecer parâmetros precisos de aferição sobre conteúdos e credenciais das organizações jornalísticas.

Os observatórios de imprensa, no contexto brasileiro, por exemplo, que tem pouca tradição de instrumentos de regulação e autorregulação de mídia, são dos mais importantes instrumentos de *accountability* que nossas jovens democracias podem ter. Dadas a sua flexibilidade de modelos e diversidade de práticas, as atividades de avaliação de qualidade editorial podem perfeitamente vir a ser incorporadas por eles como mais um dos serviços a serem prestados.

Para que os observatórios, entretanto, se credenciem eles mesmos a realizar essas avaliações, e terem credibilidade no resultado produzido, é essencial que algumas con-

dições básicas sejam garantidas: a autonomia técnica do trabalho, respaldada por especialistas oriundos das universidades, dos setores profissionais e organizacionais; a transparência na definição dos indicadores e da metodologia de avaliação; o financiamento que garanta a regularidade das avaliações (pelo menos, cinco anos, para construir uma série histórica mínima); ampla divulgação e ações de educação para a mídia (Pereira, Pinto e Moura, 2015), a fim de contribuir para a formação de um público – o desenvolvimento de “competências usuárias” (Braga, 2006, p. 62) – consumidor de notícias minimamente exigente em relação ao padrão de informação que recebe<sup>9</sup>. A formação do público é fundamental para que a avaliação de qualidade seja valorizada e, em consequência, empurre os veículos jornalísticos a se submeterem a ela.

Poucos espaços atualmente teriam as condições que os observatórios têm para assumir esse desafio. Como espaços de produção crítica autônomos e qualificados dentro da área de *expertise* dos produtores de notícias, podem se constituir numa referência externa a esses agentes capazes de sinalizar os graus de credibilidade aplicáveis a cada um, a partir das avaliações a que foram submetidos. Mesmo que não seja uma chancela formal ou oficial, pode ser uma indicação de valor simbólico capaz de pesar sobre o reconhecimento social ou não das organizações avaliadas. E um passo importante para a instituição de uma cultura de avaliação de qualidade de produtos editoriais hoje inexistente, ainda que bastante reivindicada do ponto de vista meramente retórico.

Para concluir, este artigo sugere que rol das ações desempenhas pelos observatórios, conforme sistematização apresentada por Rebouças e Cunha (2010), observação e fiscalização, além da reflexão, informação e intervenção derivadas principalmente das duas primeiras, possa ser ampliado para incluir a avaliação de qualidade editorial. Tal avaliação deve ser capaz de mensurar níveis de desempenho jornalístico das organizações e produtos avaliados, identificando e apontando aqueles de alto nível até aqueles cujo “status jornalístico” possa

<sup>9</sup> A atividade de educação para a mídia ou “Literacia Midiática” pode ser definida como “capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos media e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos. O objetivo da LM é aumentar os conhecimentos das pessoas acerca das muitas formas de mensagens dos media que encontram no seu dia-a-dia” (2009/625/ CE, Artº 11 como citado em Pereira, Pinto & Moura, 2015, p. 12). É nesse sentido que Braga vai definir o conceito de “competências usuárias”, para o qual três principais questões podem ser colocadas: “como as pessoas selecionam (em um dado meio) os produtos de que serão usuários; a questão das competências interpretativas; e o que é necessário para que os usuários desenvolvam autonomia interpretativa” (Braga, 2006, p. 62 – grifos do autor)

ser colocado em dúvida, por não cumprir de forma minimamente satisfatória as responsabilidades próprias da atividade em sociedades democráticas. O *know how* disponível nos observatórios, que pode ser fortalecido e ampliado

com as redes de observatórios, os coloca em condições de assumir tal desafio, e contribuir com a sociedade para identificar, de forma autônoma e especializada, as práticas dignas de serem reconhecidas como jornalísticas.

### ► Referências Bibliográficas

- Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI (2003). *Infância na Mídia – Relatório 2002/2003: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira*. Recuperado em 17 janeiro, 2017, de file:///C:/Users/JL\_GU\_-1/AppData/Local/Temp/Relatorio\_IM13.pdf
- Albornoz, L. A. e Herschmann, M. (2006). Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. *E-Compós*, 7, 1-20.
- Anderson, C.W., Bell, E., e Shirky, C. (2012). *Post— Industrial Journalism: Adapting to the present*, Tow Center for Digital Journalism at Columbia Journalism School: New York. Recuperado em 17 janeiro, 2017, de <http://towcenter.org/wp-content/uploads/2012/11/TOWCenter-Post-Industrial-Journalism.pdf>
- Arrais, A. (2012, outubro, 13). Falta de modelo ameaça qualidade, diz presidente do 'El País', *O Globo* 1. Recuperado em 28 abril, 2013, de <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2012/10/falta-de-modelo-ameaca-qualidade-jornalistica-diz-presidente-do-el-pais.html>.
- Benedeti, C. A. (2009). *A Qualidade da Informação Jornalística: Do conceito à prática*. Vol. 2., Florianópolis, SC, Brasil: Insular.
- Bertrand, C. (2002). *O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia*. Bauru, SP, Brasil: Edusc.
- Braga, J. L. (2006). *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo, Brasil: Paulus.
- Brito, J. (28 de abril de 2011). Mudam os paradigmas, não o jornalismo. *Jornal da ANJ*. Recuperado de <http://www.anj.org.br/sala-de-imprensa/artigos/mudam-os-paradigmas-nao-o-jornalismo/>.
- Bucci, E., Chiaretti, M., e Fiorini, A. M. (2012). Indicadores de qualidade nas emissoras públicas – uma avaliação contemporânea. *Comunicação e Informação*, 10, 9-34.
- Cerqueira, L. A. E. (2010). Qualidade jornalística: ensaio para uma matriz de indicadores. *Comunicação e Informação*, 6, 11-25.
- Christofoletti, R. (2010). Indicadores da Qualidade no Jornalismo: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros. *Comunicação e Informação*, 3, 11-46.
- English Oxford Living Dictionaries. Oxford University Press. Recuperado em 14 janeiro, 2017, de <https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>.
- European Commission— HLG on Media Pluralism and Freedom (2013). *A free and pluralistic media to sustain European democracy*, (Viķe Freiberga, V., Däubler Gmelin, H., Hammersley, B., & Maduro, L. M.). Recuperado em 10 janeiro, 2017, de [http://ec.europa.eu/information\\_society/media\\_taskforce/doc/pluralism/hlg/hlg\\_final\\_report.pdf](http://ec.europa.eu/information_society/media_taskforce/doc/pluralism/hlg/hlg_final_report.pdf)
- Feitoza, L. N. S. (2016). *Relevância jornalística: análise e teste de ferramenta para fins de avaliação de qualidade e accountability* (Dissertação de mestrado), Universidade Federal de Sergipe (UFS): São Cristóvão, SE, Brasil
- Fengler, S., Eberwein, T., Mazzoleni, G., Porlezza, C., Russ-Mohl, S. (Org.) (2014). *Journalists and Media Accountability: An International Study of News People in the Digital Age*. New York: Peter Lang.
- Guerra, J. L. (2008). *O percurso interpretativo na produção da notícia*. São Cristóvão, SE, Brasil: Editora UFS; Aracaju, SE, Brasil: Fundação Oviêdo Teixeira.
- Guerra, J. L. (2010a). Indicadores da Qualidade da Informação Jornalística. Sistema de gestão da qualidade aplicado ao jornalismo: uma abordagem inicial. *Comunicação e Informação*, 5, 11-53.
- Guerra, J. L. (2010b). Sistema de Gestão de Qualidade aplicado ao Jornalismo: possibilidades e diretrizes. *E-Compós*, 13 (3), 1-16. Recuperado em 17 janeiro, 2017, de <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/470457>
- Guerra, J. L., e Barreto, N. (2016). *Índice de Relevância Jornalística (IR): metodologia para avaliação de qualidade editorial do requisito relevância*. En J. L. Guerra, D. Rothberg, e G. MARTINS (Eds). *Crítica de Jornalismo no Brasil: produção, qualidade e direito à informação* (pp. 51-78). Covilhã: LabCom.
- Guerra, J. L., e Lins, A. M. V. (2016). *Índice de Pluralidade Jornalística (IPJ): testando uma metodologia para avaliação de qualidade editorial*. En J. L. Guerra, D. Rothberg, e G. MARTINS (Eds), *Crítica de Jornalismo no Brasil: produção, qualidade e direito à informação* (pp.79-104). Covilhã: LabCom.
- International Center for Media and the Public Agenda – ICMIPA (2007). *Openness & Accountability: A Study of Transparency in Global Media Outlets*. Recuperado em 3 agosto, 2012, de <http://www.icmpa.umd.edu/pages/studies/transparency/main.html>.
- Jorner, C. (2006). *Gestión periodística. Herramientas para lograr un periodismo efectivo y de calidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Kovach, B., e Rosenstiel, T. (2001). *The Elements of journalism. What Newspeople Should Know and the Public Should Expect*. New York: Crown Publishers.
- Marinho, S. (2015). *Jornalismo e formação em mudanças: modelos e construções na análise do caso português*. Braga, Portugal: CECS-Universidade do Minho. Recuperado em 16 janeiro, 2017, de [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/39990/1/%5b2015%5dSM\\_jornalismo-formacao-ebook.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/39990/1/%5b2015%5dSM_jornalismo-formacao-ebook.pdf)

► Referências Bibliográficas

- McQuail, D. (2003). *Media Accountability and Freedom of Publication*. Oxford; New York: Oxford University Press.
- Mendonça, J. S. (2016). Avaliação experimental de cinco jornais brasileiros com base no Programa Permanente de Autorregulamentação da ANJ (Monografia de conclusão de curso), Universidade Federal de Sergipe (UFS): São Cristóvão, SE, Brasil
- Meyer, P. (2007). *Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação*. São Paulo: Contexto.
- Gómez-Mompert, J. L., Gutiérrez Lozano, J. F., e Palau Sampio, D. (Eds.) (2013). *La calidad periodística: teorías, investigaciones e sugerencias profesionales*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona/Universitat Pompeu Fabra.
- Palácios, M. (Org) (2011). *Ferramentas para análise de cibermeios*. Vol.1, Covilhã: UBI/LabCom. Recuperado em 16 janeiro, 2017, de [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20111202-201110\\_marcos\\_palacios.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20111202-201110_marcos_palacios.pdf)
- Pereira, S., Pinto, M., e Moura, P. (2015). Níveis de literacia mediática: estudo exploratório com jovens do 12o. Ano. Braga, Portugal: CECS –Universidade do Minho. Recuperado em 17 janeiro, 2017, de [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/2117/2036](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2117/2036)
- Pinto, M., e Marinho, S. (10 e 11 de abril de 2003). "A qualidade em Jornalismo: problematização e operacionalização do conceito". En J.M. Paquete de Oliveira (Presidente), *Comunicação apresentada no I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos e II Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos*, SOPCOM, LUSOCOM, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Rebouças, E., e Cunha, P. (2010, novembro). Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia. *RECIIS*, 4, (4), 85-93.
- Rothberg, D. (2010). Jornalistas e suas visões sobre qualidade: teoria e pesquisa no contexto dos Indicadores para o Desenvolvimento da Mídia da UNESCO. *Comunicação e Informação*, 5,11-30.
- Suárez, A. A. (2007). *Periodismo de calidad: debates y desafíos*. Buenos Aires: La Crujía: Fopea.